

Desenvolvimento *versus* Dinâmica Empresarial: uma interpretação segundo Celso

Furtado e Fernando Henrique Cardoso

*Adriana Kirchof de Brum**

*Airton Pinto de Moura**

Resumo: O objetivo deste artigo é comparar as visões sobre o subdesenvolvimento do Brasil e as formas de sua superação a partir de dois importantes pensadores brasileiros: Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. Procurou-se ressaltar as principais semelhanças e diferenças em suas concepções originais sobre o atraso econômico e social brasileiro, destacando a importância dos atores para a superação do subdesenvolvimento. Para ambos os autores é possível identificar o papel desempenhado pelos empresários na superação do subdesenvolvimento através da introdução de inovações tecnológicas. Por outro lado, divergem no que se refere à natureza das forças atuante no processo de modernização, pois, enquanto que para aquele o processo ocorre de “fora para dentro”, para Cardoso, esse ocorre no sentido inverso. Sendo assim, acredita-se que através da leitura destes autores seja possível resgatar algumas questões relacionadas ao desenvolvimento.

Palavras-chaves: Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, subdesenvolvimento e empresariado.

Abstract: This article aims to compare the views on the underdevelopment of Brazil and the ways of their overcoming the two major thinkers from Brazil: Celso Furtado and Fernando Henrique Cardoso. It is worth mentioning the main similarities and differences in their original designs on the Brazilian social and economic backwardness, highlighting the importance of actors to overcome underdevelopment. For both authors it is possible to identify the role played by entrepreneurs in overcoming underdevelopment through the introduction of technological innovations. On the other hand, differ with regard to the nature of the forces active in the process of modernization, therefore, while for the process that occurs "outside in" to Cardoso, this occurs in the opposite direction. Therefore, it is believed that through reading of these authors is possible to recover some issues related to development.

Área: História Econômica e Economia Brasileira

Sub-área: História Econômica e Social Brasileira

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS; Bolsista do CNPQ – E-mail: adriana@focoeconomico.com.br

* Professor da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul/UEMS e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS; E-mail: atendimento@professorairton.com.br

1 Introdução

O Brasil, ao longo de sua história, tem adotado políticas explícitas de incentivo à indústria através da implementação de planos estratégicos de desenvolvimento e decisivos para a integração da estrutura produtiva brasileira.

Embora não seja consenso entre historiadores e intérpretes da realidade nacional, qual a natureza dos reais fatores que condenam ainda hoje a economia do Brasil a índices insatisfatórios de crescimento, através do estabelecimento de um paralelo entre presente e passado, elementos endógenos e exógenos, é possível compreender em certa medida as origens das dificuldades que perduram desde os primórdios dessa nação.

Sob o ponto de vista econômico, há aqueles que defendam que a estrutura fundiária não representou um obstáculo à industrialização, pois, além de abastecer o mercado produtivo com matérias-primas e garantir a mão-de-obra necessária, permitiu a manutenção de preços compatíveis com a rentabilidade do capital industrial. Aos poucos e, sob comando de uma política industrializante, os indicadores econômicos e sociais do país teriam melhorado, deixando para trás o marasmo da estrutura agrária e oligárquica que havia norteado a economia brasileira durante séculos.

Mediante tal contexto, o referente trabalho tem por objetivo abordar as interpretações de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso em relação ao tema do subdesenvolvimento brasileiro, ressaltando a responsabilidade do empresariado na superação de tal processo. A idéia está em levantar os pontos mais importantes em relação ao contexto considerado que permita esclarecer alguns aspectos no que se refere a seguinte questão: Por que o Brasil, mesmo após ter passado por um processo de industrialização, não conseguiu amenizar o problema da desigualdade social?

Considerando-se a economia brasileira uma "extensão" da economia capitalista internacional, a transformação capitalista proposta pelos autores em questão, seguem lógicas distintas. De um modo amplo, o foco analítico principal de Furtado esteve centrado no desenvolvimento desigual do capitalismo – com especial ênfase no progresso técnico –, tendo em vista explicar tanto a falta de “autonomia” da burguesia nacional para promover o desenvolvimento sustentado do mercado interno como da heterogeneidade social e a ausência de uma ordem interna verdadeiramente democrática no Brasil .

Por outro lado, embora Fernando Henrique Cardoso possa ser considerado defensor da democracia como sendo um dos principais pilares na evolução de uma sociedade, em sua tese sobre a dependência, desmistifica o fato de que desenvolvimento - como meio para a obtenção do bem-estar social - não necessariamente possui conotação direta com distribuição de renda.

Segundo o autor, diversas questões de natureza política e social possuem origem no tipo de comportamento adotado por uma burguesia nacional em sintonia com os interesses de uma ordem internacional, por vezes, desvinculados do objetivo nacionalista, e, cuja hegemonia econômica assume caráter preponderante. Em poucas palavras, sua tese justifica de que forma o processo de dominação exercido por certas classes sociais desempenha função relevante sobre o desenvolvimento e, sob que circunstâncias o imperialismo pode contribuir para o entendimento das formas de dependência.

Tendo em vista as idéias acima abordadas, o presente trabalho encontra-se estruturado da seguinte maneira: na referente seção foi apresentada uma breve introdução; na seção seguinte será abordado o subdesenvolvimento segundo Celso Furtado e o papel do empresariado na sua superação; na seção três é apresentada a interpretação de Fernando Henrique Cardoso acerca do subdesenvolvimento em função da análise da Teoria da Dependência; e, por fim, na seção quatro são feitas as considerações finais.

2 O Subdesenvolvimento segundo Celso Furtado

Nascido na década de 1920, em Pombal (PB), formado em direito e doutor em economia, Celso Furtado, falecido em 2004, é considerado um dos maiores intérpretes do Brasil. Autor da geração de 1950, década na qual publicou sua obra consagrada, intitulada de “*Formação Econômica do Brasil*” e escrita durante o período em que o mesmo ocupava o cargo de diretor do BNDE no governo de Juscelino Kubitschek.

Apesar de escrita na segunda metade do século XX, *Formação Econômica do Brasil* ainda é referência obrigatória para entender como o sistema capitalista limitam e bloqueiam o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. Através da apropriação do excedente por parte dos países centrais, economias periféricas perpetuam uma forma de organização social sobre a qual o desenvolvimento não será obtido, a despeito da superação de uma estrutura dualista vigente e relacionada ao processo de industrialização de natureza dependente ocorrido nessas economias¹.

A grande contribuição da obra de Celso Furtado, para não dizer a maior, decorre de sua definição a cerca do subdesenvolvimento latino-americano e suas causas. A importância desse conceito deve-se ao fato de que pela primeira vez o atraso brasileiro, antes explicado por fatores climáticos, raciais etc, passa a ser explicado por fatores racionais econômicos, bem como do tipo de estrutura social brasileira.

¹ Cabe esclarecer que Celso Furtado era contrário à idéia de que o subdesenvolvimento seja considerada uma etapa para o desenvolvimento.

Apesar da influência de diversas correntes da teoria econômica, tais como Marx², Keynes³, Schumpeter, List entre outros, sua trajetória teórica foi marcada por um espírito crítico e uma postura política independente de ordem ideológica e programática. A rejeição aos “determinismos” teria sido sua marca no que se refere à capacidade de que considerava ter o sujeito de interferir, por meio da ação racional, na estrutura do sistema econômico. A importância de Weber na elaboração furtadiana serve para contrapor a racionalização capitalista do desenvolvimento contra certa irracionalidade que se perpetua no subdesenvolvimento.

A partir do levantamento dos problemas estruturais presentes na economia brasileira, Furtado propõe uma análise mais qualitativa a cerca do tema de desenvolvimento. Pautada na contribuição de Myrdal, sobre a qual considera não ser o capitalismo em si, gerador das desigualdades, porém, a conduta política através da mediação das instituições, o autor considera ser o desenvolvimento atingível a partir de um projeto de autotransformação que possui origem na coletividade ou, nos grupos que exercem influência política conforme suas palavras: “O desenvolvimento é a transformação do conjunto de estruturas de uma sociedade em função de objetivos que se propõe alcançar essa sociedade” (Furtado, 1968:20).

Se por um lado, a acumulação⁴ representa condição necessária ao desenvolvimento, ainda que aspectos históricos e estruturais também possam influenciar; por outro lado, em economias dependentes a sequência tem sido inversa. Devido ao fato de grande parte das economias periféricas ter se especializado na exportação de produtos primários, o aumento de capitalização nesses países apresenta ainda hoje dificuldades ocasionadas pela sua vinculação ao crescimento da demanda externa.

Comparado aos países desenvolvidos, verifica-se que a diversificação das atividades econômicas permitiu o desenvolvimento das indústrias de base e de equipamentos de modo a proporcionar autonomia tecnológica em setores relevantes. A evolução do comércio exterior do centro enquanto “aumentavam as exportações de produtos mais elaborados e nas importações ganhavam importância os produtos primários ou de baixo grau de elaboração” (Furtado, 1981:42), para os países que passavam pelo processo de substituição de importações o peso relativo dos bens que não podiam ser produzidos localmente – ou que requeria

² Apesar de Furtado rejeitar as idéias marxistas referentes ao fato de que o capitalismo levaria a uma elevada concentração da riqueza nas mãos dos capitalistas deixando o resto da população na miséria; à semelhança de Marx acreditava na possibilidade de que o desenvolvimento gera bem-estar a toda a sociedade, assim como, rejeita a visão de ser o subdesenvolvimento uma etapa prévia ao desenvolvimento.

³ A importância de Keynes será determinante na proposta de Furtado de construção do desenvolvimento, a partir da ação do Estado planejador e intervencionista. Além disso a influência keynesiana pode ser considerada como marcante dada a evidente adesão do Furtado às idéias de demanda efetiva e do controle público das variáveis macroeconômicas.

⁴ Para Furtado a acumulação decorre da limitação do consumo presente em benefício do consumo futuro e que será utilizado para aumentar a produtividade através da inversão em progresso tecnológico e, conseqüentemente, a transformação estrutural a partir da modificação no perfil da demanda.

vultosos investimentos ou tecnologia avançada – aumentava em função do baixo valor de mercado das matérias-primas exportadas.

Para reverter tal situação, emergia a realização de modificações estruturais, decorrentes da alteração da demanda em função da introdução do progresso técnico. De acordo com a visão furtadiana, as inovações tecnológicas poriam em marcha uma série de reações que tenderiam a reproduzir-se infinitamente e de forma cumulativa: causando um aumento sobre a produtividade média do sistema que por sua vez elevam o nível de produção de bens e serviços, que por sua vez impulsionariam o desenvolvimento científico que levaria ao incremento de novos avanços tecnológicos.

Segundo o autor, a industrialização brasileira também tem mostrado comportamento dependente não somente das modificações sob o perfil da demanda, assim como, decorrente do próprio processo de desenvolvimento. Considerando-se as duas fases da industrialização, ou seja, período anterior e posterior a década de trinta, se durante a primeira fase, compreendida até 1929, teve como principal fator dinâmico a expansão das exportações, em relação à segunda fase, essa foi impulsionada pelo declínio da capacidade de importar, caracterizado pelo processo de substituição das importações.

Em ambas as fases percebe-se a dependência em relação ao capital externo. Em um primeiro momento, o crescimento da indústria incipiente e desarticulada que aqui existia dependia da expansão da demanda global (ainda que a intenção fosse a de atender o mercado interno) bem como, da política cambial adotada. Em um segundo momento, embora a industrialização apresentasse maior complexidade, a dependência em relação ao mercado externo se transfere em direção à aquisição de bens de consumo em geral, assim como de bens de capital que seriam utilizados para dinamizar o processo de diversificação da indústria com elevado grau de interdependência.

Sob aspectos gerais, a preocupação de Furtado era desmistificar quais as causas da existência de uma estrutura dualista nas economias agro-exportadoras em direção a uma de base urbano-industrial. Para tanto, consideravam de grande relevância a ampliação da intervenção do Estado através de políticas de fomento à indústria privada, da realização de investimentos em infra-estrutura, assim como, em setores de bens de capital, tendo em vista as limitações do capital privado em capitanear o processo de industrialização, aos moldes do que se dera nos países centrais. Nessas circunstâncias a ação governamental refletia um modo de superação do “atraso” das economias periféricas, levando-se em consideração o avançado grau de maturação da indústria nos países desenvolvidos.

A forma como ocorreu o processo de industrialização em países como o Brasil, representa uma das razões sobre a qual a industrialização não representou condição suficiente

para conduzir ao que, convencionalmente, se tem chamado desenvolvimento auto-sustentado. A explicação deve-se ao fato de que os investimentos eram realizados em função de uma demanda preexistente, porém, reprimida devido às restrições impostas às importações. Sendo assim, a assimilação do progresso técnico refletia a ação de outros fatores dinâmicos que não o caráter empreendedor do empresário nacional.

Além disso, a interferência do capital estrangeiro poderia ser sentida de forma direta através da implantação de filiais de empresas que anteriormente contratavam o mercado através de exportações. Em relação a esse aspecto Furtado (1968:30) afirma,

O grande poder dessas filiais, assim como o fato de que as mesmas estão integradas em complexos sistemas multinacionais, criam rigidezes à economia do país, a ponto de que seu comportamento nem sempre possa assimilar-se ao de um sistema, ou seja, um conjunto articulado e coerente.

Concomitante a isso, o mercado tende a ser controlado cada vez mais por um pequeno número de empresas poderosas cujo comportamento supera ao da oferta com base em preços baixos. Em economias oligopolizadas, conforme destaca Furtado, a dinâmica econômica pressupõe a necessidade de controle da conjuntura que elimine as grandes depressões. Justifica-se através disso, o aumento da participação do Estado no produto nacional, bem como, intervenção através de política monetária e fiscal destinadas a estabilizar a demanda efetiva.

Isso explicaria em parte por que o sistema industrial do Brasil não criou as condições necessárias ao desenvolvimento, embora obtivesse elevado grau de integração. Ou seja, a adoção de políticas voltadas ao controle sobre a demanda efetiva acarretou modificações estruturais que tiveram conseqüências sobre o perfil do consumo que aos poucos foi perdendo impulso multiplicador. Tal situação tendeu a se agravar com a rápida aceleração do progresso tecnológico ocorrido no pós-guerra, pois, enquanto a produção aumentava os índices de concentração de renda, impedia que o consumo assalariado se elevasse nas mesmas proporções.

A falta de dinamismo do mercado consumidor por parte de grande parcela da população acarretou sérias limitações sobre o desempenho (empreendedor) do empresariado o qual tornou-se dependente do mercado externo. Na medida em que avança o processo de substituição das importações em um contexto em que a indústria simples não sendo substituída por estruturas mais complexas e modernas, a absorção de mão-de-obra tende a declinar. Com efeito, a diversificação da produção alarga-se em direção ao consumo dos grupos de altas rendas. Segundo Furtado (1968 p.40), essa situação estrutural, “[...] *tende independentemente, de outros fatores que podem operar no mesmo sentido, criar uma*

pressão sobre o Balanço de Pagamentos e a submeter uma parcela crescente das atividades produtivas do país a controle estrangeiro”.

De acordo com as idéias furtadianas, a industrialização em economias subdesenvolvidas tendem a realizar-se sobre um espectro de atuação cada vez mais estreito, além de seguir um caminho contrário ao da tecnologia moderna e cuja orientação seja obter ganhos de escala produtiva. Desse modo, a dependência e subjugação da economia ao capital estrangeiro ocorrem de forma “indireta” tendo em vista, a dinâmica estrutural da economia acarretada pela deterioração dos termos de troca.

2.1 O papel do empresariado na superação do subdesenvolvimento

O desenvolvimento constitui tema central em Celso Furtado. Para o autor, o conceito de desenvolvimento deve ser entendido em sentido superior ao de crescimento, e, não restrito a questões de nível tecnológico, tendo em vista que o mesmo deve traduzir “a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho social” (Furtado, 1983:79).

Ao considerar que esse processo decorre de um conjunto de modificações sobre a composição da produção – em benefício ao setor de maior produtividade econômica – e cujas decisões são tomadas pela coletividade, Furtado pondera que fatores políticos também condicionam o grau de transformação estrutural a partir de modificações sobre a produtividade média.

O aumento de produtividade e, por conseguinte da quantidade de bens e serviços à disposição da coletividade levaria ao aumento do fluxo de renda e, portanto, ao desenvolvimento. Nessas condições, tal incremento seria possível mediante a introdução de formas mais eficazes de utilização dos recursos, bem como, inovações tecnológicas ou, uma ação conjugada desses dois fatores.

Em caso contrário, economias cuja produtividade seja baixa, o fluxo de renda reduziria e a satisfação das necessidades mais imediatas da população acabaria absorvendo elevada parcela produtiva, dificultando o processo de acumulação de capital necessária à indução dos investimentos por ação endógena.

Considerando-se esses fatores juntamente com os elevados índices de concentração de renda, a tendência assinalada nas comunidades primitivas é que essas se mantenham estagnadas em função de que grande parcela de sua população permaneça fora da economia de troca. Essa falta de dinamismo de mercado dificulta o processo de desenvolvimento através da introdução de novas combinações produtivas distintas das que antes prevaleciam, seja a

partir do incremento de capital por unidade de mão de obra, seja pelo incremento de recursos naturais⁵.

Com o processo de industrialização essas condições se modificariam parcialmente. Numa primeira etapa, a industrialização incrementaria de forma significativa o ritmo de crescimento dessas economias, embora o nível de emprego do setor industrial não aumentasse nas mesmas proporções. A importação de tecnologias de produção dos países desenvolvidos onde a escassez de recursos humanos fosse elevada, sinalizaria que a abundância de mão-de-obra existente nos países periféricos encontrava dificuldade em ser absorvida. Em outras palavras, isso significaria à medida que a industrialização progredisse tecnologicamente, ela se tornaria cada vez menos propensa a gerar emprego, agravando, portanto, o problema a cerca do excedente estrutural de mão-de-obra existente no país.

Levando-se em consideração os recursos disponíveis e as possibilidades tecnológicas existentes, a coletividade elaboraria seu plano de produção por intermédio de certos agentes, desde que compatível com o projeto de vida concebido pela sociedade no que se refere à distribuição da renda e de outros parâmetros institucionais. Sendo assim, seria possível que fatores de diversas ordens pudessem vir a intervir no processo de desenvolvimento, inclusive de natureza cultural. Nessas condições, a capacidade autotransformação do sistema produtivo desempenharia importante papel.

No entanto, ainda que em determinadas situações a expansão da renda pudesse frustrar-se, em função da dependência do exterior, Furtado considera a possibilidade que determinado impulso externo seja capaz de acionar uma série de mudanças estruturais que, ao fim de tudo deverá romper com a estagnação através da diversificação da procura que não apenas a de produtos primários. Nesse sentido o autor ressalta (Furtado, 1981:43):

A ação do Estado pode corrigir certos efeitos dessa tendência estrutural, mas não modifica o quadro de base, no qual se integram dois traços característicos da industrialização periférica: a primazia da tecnologia do produto e a subutilização de capacidade produtiva, ou deseconomias de escala. Graças a estes dois traços, as grandes empresas centrais [...] assumiram um papel dominante na industrialização periférica, não obstante essa industrialização fosse acompanhada de redução do coeficiente de comércio exterior.

A partir da diversificação da procura, a burguesia passaria a realizar novas inversões tendo em vista a demanda futura, fato que se traduz em uma diferenciação cada vez mais complexa da estrutura do sistema produtivo, ainda que, limitada à acumulação de capital. Nessas circunstâncias, o empresário buscará cada vez mais, aperfeiçoar a tecnologia

⁵ Furtado considera que o aumento de renda necessário a dar início a um processo de acumulação poderá ocorrer a partir da utilização dos fatores já disponíveis de forma economicamente mais eficaz.

empregada no processo produtivo, antes que essa seja plenamente difundida em todos os setores⁶. Através da busca incessante da inovação técnica a acumulação aumentaria em decorrência dos ganhos de produtividade, bem como, de certas modificações no perfil da procura, as quais induziriam a introdução de novas técnicas.

De acordo com essa lógica o empresário acabaria assumindo papel relevante à promoção do desenvolvimento, seja através da acumulação – incorporação de invenções- ou da acumulação através da difusão de inovações. Segundo Furtado (1983), o comportamento do empresário procura atender a dois objetivos principais, tanto no que diz respeito à aplicação de capitais de forma remuneradora, quanto o de evitar o declínio da taxa de remuneração⁷. Para isso, seu empenho será em obter novos capitais a uma taxa de remuneração *“pelo menos idêntica à que estão auferindo os capitais já incorporados ao processo produtivo”*(idem, p.103).

Ambos os tipos de desenvolvimento se alternarão na busca dos objetivos por parte do empresário. Pois, se por um lado, o desenvolvimento, apoiado na acumulação-difusão de inovações engendra uma procura, relativamente, intensa de mão-de-obra em que a taxa de salário tenderá a aumentar à medida que essa se torna mais escassa; por outro lado, o desenvolvimento baseado na acumulação-incorporação de invenções coloca a burguesia em situação privilegiada para reter os ganhos de produtividade uma vez que, caracterizam-se pela introdução de processos produtivos poupadores de força de trabalho.

Nesse contexto, destaca-se a diferença entre o processo de industrialização tardia daquele que ocorreu nos países hoje desenvolvidos. Enquanto nestes a inovação e difusão combinaram-se para atender às necessidades da sociedade, nos países “periféricos” a difusão caracterizou-se pela tentativa de imitação dos padrões de consumo das elites do centro.

A reprodução dos padrões de consumo desencadeou uma tendência de estagnação das economias periféricas tendo em vista, a falta de dinamismo do mercado interno, propensão ao endividamento e, propensão à concentração social de renda. Pois, ao copiarem os padrões de consumo dos países centrais, as elites nacionais não poupam para investir e, acabam por endividar o país no exterior.

⁶ Em relação a esse aspecto, nota-se claramente a influência schumpeteriana segundo a qual se torna necessário o rompimento do equilíbrio – ponto de estagnação ou subdesenvolvimento – através da incidência de uma variável exógena que conduza ao estabelecimento de um novo ponto de equilíbrio e sob outros patamares – o desenvolvimento.

⁷ Segundo Keynes, a economia não é auto-reguladora nem auto-equilibrante porque é monetária. Ou seja, flutuações de demanda efetiva em função da preferência pela liquidez, provocam flutuações nos níveis de renda e emprego. Entre as principais proposições teóricas de Keynes estão: i) teoria da determinação da renda (propensão marginal a consumir e multiplicador) ; ii) teoria do investimento (eficiência marginal do capital deve ser maior que a taxa de juros) e, iii) teoria da taxa de juros (preferência pela liquidez).

Considera-se dessa forma, que são as inversões do empresário e suas variações ao longo do tempo e espaço, é que diferem os estágios de desenvolvimento ou subdesenvolvimento. O subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária ao desenvolvimento e sim, uma situação particular de dominação das economias capitalistas sobre as economias pré-capitalistas, com intuito de apropriarem-se dos seus recursos. Os diferentes níveis de subdesenvolvimento relacionam-se à variação do impacto da expansão capitalista sobre diferentes regiões e da forma como foi coordenado o processo de “dominação”.

A origem do subdesenvolvimento estaria centrada em uma estrutura socioeconômica dualista⁸, resultante da combinação entre estruturas modernas de consumo, juntamente com, a conservação de formas pré-capitalistas de produção. Dessa forma, deve-se entender o subdesenvolvimento como um processo histórico autônomo em que as peculiaridades de cada economia devem ser consideradas.

Romper com o subdesenvolvimento implicaria transpor essa estrutura dualista através da incidência de fatores exógenos, tais como, o imigrante, o empresário e tecnologia. Como referência ao caso brasileiro o aumento de complexidade da estrutura subdesenvolvido foi decorrente da reinversão dos lucros do setor cafeeiro em outras atividades as quais dinamizaram o mercado interno e a expansão do setor monetário. Por outro lado, se a expansão do café elevou o fluxo de capitais para as economias agroexportadoras, também refletiu uma fragilidade e dependência do empresariado nacional no que se refere à aquisição de equipamentos a partir da valorização cambial e do incremento das importações.

O resultado de que o desenvolvimento requer uma decisão política e que, para o caso do Brasil, tal opção não estava sendo tomada levou o autor à análise sobre o comportamento das elites brasileiras para poder explicar tal fenômeno. Furtado supunha, de forma otimista, que a industrialização e o desenvolvimento representavam as duas faces de uma mesma moeda, e, quando perseguidas, pelo Estado conduziria ao aumento generalizado do bem-estar da sociedade como um todo. No entanto, logo em seguida, sua análise torna-se mais pessimista ao se dar conta que o comportamento das elites não eram condizentes aos interesses da nação.

⁸ O caso mais simples seria o da coexistência de empresas estrangeiras, produtoras de uma mercadoria de exportação com uma economia de subsistência por longos períodos de tempo. O caso mais complexo seria aquele em coexistissem três setores: um principal, de subsistência; outro voltado, sobretudo para exportação; e, outro de caráter industrial voltado para atender ao mercado interno, suficientemente diversificado para produzir parte dos bens de capital de que necessita a economia para desenvolver-se, voltado para substituição das importações. O caso de dualismo extremo, a que Furtado nomeou “capitalismo bastardo”, seria aquele em que as empresas capitalistas não se vinculam internamente a outras atividades produtivas, limitando-se os gastos locais ao pagamento de mão-de-obra não especializada e deixando de fora a massa de renda dos capitalistas que reverteriam em poupança e que determinam o dinamismo da economia capitalista.

Embora uma economia em expansão houvesse incremento da produtividade média geral, não significaria que todos os grupos sociais receberiam os mesmos benefícios. Sendo assim, a presença de agentes que exercem um poder econômico condicionam a redistribuição da renda em benefício próprio, assim como, a forma que as estruturas se modificam pela ação dos agentes que exercem tal poder⁹. A atuação conjunta da força tanto pela burguesia quanto pelos trabalhadores tendem a estimular ou limitar o poder exercido mutuamente, por esses grupos, assim como, o grau de desenvolvimento de cada região.

Em função de a oferta de mão-de-obra ser elástica, Furtado considera como fator importante na determinação da taxa de acumulação a capacidade da indústria de bens de capital. Tendo em vista as limitações na capacidade de poupança da classe assalariada é o consumo das classes de alta renda - regulado por fatores institucionais e pouco influenciado por mudanças de curto prazo – que dinamiza o nível de renda corrente na economia. Tendo em vista o domínio exercido sobre as inovações tecnológicas e aumento da capacidade de capital - provocada pelo barateamento dos bens de capital - a classe capitalista mantém sob seu controle a pressão praticada pela classe trabalhadora sobre o nível dos salários, preservando a rentabilidade dos investimentos assim como, suas margens de lucro.

No caso do Brasil, a lenta penetração do progresso tecnológico e a escassa difusão dos frutos decorrentes do incremento de produtividade, são considerados fatores responsáveis pelo baixo desempenho da economia. Em decorrência de problemas estruturais¹⁰ que afetam o perfil da demanda global e a existência de grandes oligopólios no setor produtivo, que controlam o mercado por meio da capacidade de previsão e inovação de processos e produtos, a economia brasileira não possui as condições para se beneficiar das transformações que a tecnologia moderna pode proporcionar. Graças às essas circunstâncias, torna-se relevante a atuação do Estado na superação desse obstáculo, ou seja, para mobilizar os recursos e sobrepor as barreiras impostas pela concorrência monopolística e decorrente da divisão internacional do trabalho.

3 O Subdesenvolvimento segundo Fernando Henrique Cardoso

⁹ No caso dos trabalhadores o exercício do poder ocorre no sentido de modificar a distribuição da renda em seu benefício a partir da difusão de técnicas cuja acumulação de capital mais intensa que o ritmo de crescimento da oferta de mão-de-obra tenderá a aumentar os níveis salariais. Sob o ponto de vista dos empresários, o exercício do poder se verifica através da introdução de invenções e orientação do progresso técnico, o que determinará a procura de mão-de-obra, e, portanto, exercendo poder sobre os grupos assalariados.

¹⁰ Problemas tais como a concentração de renda em setores que empregam mais tecnologia moderna e vice-versa limitando o aumento da taxa de poupança e investimento; a presença da estrutura agrária e com ela a baixa eficiência sobre o uso do capital e elevado desperdício de mão-de-obra; o poder exercido pela grande empresa sob o comando das decisões econômicas em setores estratégicos de forma a apropriar-se de uma parcela crescente da riqueza gerada no país; a necessidade de integrar o setor industrial com as correntes de exportação do país; e, necessidade de investimento no fator humano e pesquisa científica e tecnológica.

Se, para Furtado, a industrialização em rumo aos setores tecnologicamente mais avançados representa condição suficiente à superação do subdesenvolvimento, em sua análise Cardoso considera como uma das causas da “dependência” dos países periféricos, o comportamento do empresariado. De acordo com esse autor, as condições internacionais que deram sustentação à industrialização latino-americana durante a primeira metade do século XX eram absolutamente particulares e associadas a fatos históricos ímpares em relação aos países desenvolvidos, tais como as duas Grandes Guerras, a Grande Depressão e o início da Guerra Fria, cujas consequências sobre a estrutura produtiva devem ser consideradas. Se, por um lado, esses acontecimentos exerceram influência generalizada sobre a economia global, por outro lado, Cardoso e Faletto (1970) consideram que ao término dessa conjuntura, os efeitos sobre os países periféricos foram distintos em decorrência da atuação de forças políticas internas.

A partir desse fato, os autores admitem como aspecto central na discussão sobre a Dependência da periferia frente aos centros imperiais, o papel exercido pela burguesia nacional no processo de industrialização. A hipótese considerada seria o da possibilidade de uma transformação política radical originária da atuação de fatores endógenos promovida pelas classes sociais cujo intuito fosse defender os interesses da nação.

Nessa perspectiva, há uma aproximação em direção às idéias de Florestan Fernandes, o qual enfatiza o poder das forças sociais internas como mecanismo transformador. De influência weberiana, em que o Homem constrói sua própria história através da ação racional¹¹, Cardoso também considera que a percepção de mundo, através da interação de forças políticas é anterior ao entendimento da lógica produtiva, pois, a forma como os agentes internos pensam e agem, condicionam a estrutura capitalista vigente.

De acordo com Cardoso e Faletto (1970), o Estado nacional seria capaz de promover uma série de mudanças políticas que permitisse responder às pressões do mercado externo – como, por exemplo, a política monetária - de tal forma e resguardar a parte da autonomia nacional em relação às decisões de investimento e consumo. No entanto, reconhece-se que para o novo tipo de desenvolvimento, baseado na concorrência econômica e imposto pelo mercado aberto,

[...] os mecanismos de controle da economia nacional escapam parcialmente do âmbito interno na medida em que certas normas universais do funcionamento de um sistema produtivo moderno, impostas pelo mercado universal, não permitem alternativas: a unificação dos sistemas produtivos leva à padronização dos mercados e a seu ordenamento supranacional (Cardoso e Faletto, 1970:130)

¹¹ Para Weber uma ação é racional quando cumpre duas condições: i) é orientada para um objetivo claramente formulado e logicamente consistentes; ii) quando os meios escolhidos para se atingir o objetivo são os mais adequados (Weber, 1980)

A interpretação de tal “ordenamento supranacional” pelos autores não envolve, necessariamente, um aprofundamento da dependência, pois, os vínculos que se estabelecem entre as economias modernas no mercado internacional são marcados pela interdependência¹². Nesse sentido, a visão de que a periferia tenderia a se tornar palco da acumulação capitalista na fase imperialista, acaba por vir ao encontro dos interesses da classe dominante presentes nessas economias.

3.1 O empresariado nacional e a Teoria da Dependência

A lógica de funcionamento de mercado supõe que o dinamismo de uma economia baseia-se, principalmente, no incremento das relações entre produtores, assim como, das próprias empresas, as quais se constituem os consumidores mais significativos para que ocorra a expansão econômica. Nessas condições, torna-se necessário conter as demandas reivindicatórias das massas. *“Isto é, a política de redistribuição que ampliaria seu consumo torna-se ineficaz e mesmo, em determinadas condições, perturbadoras do desenvolvimento”* (Cardoso e Faletto, 1970:131).

Através dessa leitura, os autores consideram as demandas intercapitalistas alternativas às demandas de consumo, tendo em vista que a taxa de investimento efetuada pela burguesia, que tenderá a manter-se elevada enquanto a maioria dos empresários sustentar expectativas em relação a sua demanda futura e acima do nível de demanda corrente.

Sobre esse enfoque, a influência keynesiana torna-se evidente. De acordo com o Princípio da Demanda efetiva o nível de emprego aumenta se, e somente se, a renda esperada pelo emprego adicional for maior que a renda necessária para efetuar o investimento. Ou seja, a decisão de investir está relacionada à comparação entre o valor presente do fluxo de receita esperada do investimento e o custo de realização do mesmo (eficiência marginal do capital¹³). Se a eficiência marginal do capital for maior do que a taxa de juros, então se torna atrativo investir – então o investimento aumenta, aumenta nível de emprego, aumenta renda e consumo - e vice-versa.

A partir dessa análise, Fernando Henrique considera que o empresário representa o núcleo “motor”¹⁴ do processo de modernização capitalista brasileiro. A racionalidade desse

¹² Em relação a esse fato, Fernando Henrique Cardoso, pressupõe que a teoria do imperialismo –no sentido abstrato - torna-se insuficiente para explicar os diversos tipos de dependência, devendo-se para tanto, levar em consideração as características empíricas individualmente. Pois, considera em determinados casos que o estabelecimento de relações não configure a presença de dominantes, nem dominados.

¹³ A eficiência marginal do capital é definida em termos de expectativas de renda futura e de preço de oferta do bem de capital.

¹⁴ O termo “motor” empregado remete à idéia de que o avanço técnico – introduzido pelo empresário – seria um dos principais fatores responsáveis pela movimentação da economia, conforme influência schumpeteriana.

processo faz-se concretamente através da ação empresarial sobre a redefinição das práticas a serem adotadas, bem como, na definição da mentalidade empreendedora, no entanto, cujo sentido é definido via mercado.

Ainda que levado em consideração o fato de que “o grande impulso do desenvolvimento” tenha partido de fora da burguesia nacional e sido sustentado pela presença de capitais estrangeiros e participação do Estado na economia durante os governos desenvolvimentistas, a análise do autor remete ao ponto central o papel desempenhado pela elite no processo de dependência.

Na busca incessante pelo lucro, encontra-se alguma das raízes da “Teoria da Dependência”. À medida que o empresário cresce muda sua ideologia, tornando-se cada vez mais necessária a introdução de novos produtos ou técnicas de produção. No caso brasileiro, gradualmente os empresários chegaram a conclusão que seria melhor se associar ao capital estrangeiro, a ter que depender do Estado para o fornecimento da tecnologia necessária na realização dos seus investimentos. Anterior ao fato de a burguesia nacional considerar o capital estrangeiro como concorrente, o aceitava como um parceiro ao invés de adversário, além de ser considerado necessário na superação das barreiras existentes à expansão capitalista, configurando-se na prática, a um capitalismo associado.

Nota-se, portanto, que o principal interesse da burguesia seria o de manter a sua hegemonia econômica, o que não necessariamente implica a hegemonia política voltada a garantir a soberania nacional, ou, a imposição da ordem democrática. Esse comportamento do empresariado explica-se através da percepção de que a burguesia “nacional-revolucionária” característica comum entre os nacionalistas, não existia no Brasil. Na verdade, seu modo de agir caracteriza-se por ser muito mais pragmático do que revolucionário, não sendo de interesse da elite derrubar qualquer que seja a forma de exploração verificada, mesmo que pudesse vir a ser ela a maior beneficiária. Nessas condições, seria um equívoco imaginar, por exemplo, que em 1963 a burguesia nacional resistiria ao golpe sob pretexto de mudar a ordem político-econômica vigente naquela época¹⁵.

De certo modo, a tese de Cardoso busca explicar por que o capitalismo nos países da América Latina não obtiveram o êxito conseguido nos países centrais, ou seja, explicar por que falhou a idéia de existir um capitalismo nacional nesses países embora, a burguesia não houvesse poupado esforços para atingir tal objetivo. No caso do Brasil, apesar de o grau de industrialização promovida através do processo de substituição das importações ter

¹⁵ Para Fernando Henrique o imperialismo é comandado pelas próprias classes sociais de um país e, portanto, de “dentro para fora” e não o inverso, pois, caso assim o fosse, a história estaria sendo subestimada. No caso dos países periféricos é relevante salientar, que, embora associada, as classes dominantes encontram-se inseridas no contexto nacional, articulando com diferentes grupos sociais e, de maneira a dar continuidade ao processo histórico.

contribuído na construção de um capitalismo autônomo, esse não avançou de forma consistente.

No intuito de melhor entender a “teoria da dependência” torna-se relevante considerar as principais correntes em debate existentes naquela época. Entre as de maior influência, destacam-se aquelas que se propunham responder questões relacionadas: às causas do baixo crescimento da economia brasileira durante a década de 1960; o papel a ser desempenhado pela burguesia nacional sobre o crescimento das economias menos desenvolvidas; perante tais condições, quais as perspectivas para a América Latina, bem como, qual o projeto para desenvolvê-la (seria possível haver um capitalismo nacional? sua configuração seria igual a dos países centrais?)

Através da enumeração de tais questões, pretendia-se melhor esclarecer como se processam as relações internacionais a partir do estabelecimento de uma hierarquia de ordem política e não econômica, conforme sugerida pela CEPAL. Se para os cepalinos o subdesenvolvimento conseqüência de um processo de dominação por parte do capital estrangeiro, no sentido de ‘fora para dentro’, a tese de Cardoso considera a dependência decorrente de um tipo de articulação, rigorosamente, interna, cuja superação não é objetivada posto que os Estados nacionais autocráticos latino-americanos sustentam políticas de perpetuação das velhas estruturas.

Para Fernando Henrique (1995), a hipótese de que à periferia caberia apenas industrializar-se representa condição insuficiente na superação das desigualdades decorrentes das barreiras decorrentes das regras impostas pelo mercado internacional. Se entre os anos 1910 e 1950, o apelo à ação coordenadora do Estado propunha-se à condução do desenvolvimento nacional, por meio da elaboração de políticas adequadas à promoção da indústria, do aumento da produtividade, bem como, dos salários das camadas trabalhadoras, a partir de meados dos anos cinquenta, as relações entre Estado e empresas passariam por transformações.

Se por um lado, durante o período considerado, havia políticas nacional-desenvolvimentistas de cunho protecionistas aos mercados locais, por outro lado, a segunda metade do século XX é marcada pelo acirramento da competição entre grandes conglomerados em escala mundial, caracterizando uma nova divisão internacional do trabalho.

A novidade das análises da dependência não consistiu, portanto, em sublinhar a dependência *externa* da economia que já fora demonstrada pela CEPAL. Ela veio de outro ângulo: veio da ênfase posta na existência de relações *estruturais e globais* que unem as situações periféricas ao Centro. Os estudos sobre a dependência mostravam que os interesses das economias centrais (e das classes que as sustentam) se articulam no *interior* dos países

subdesenvolvidos com os interesses das classes dominantes locais (Cardoso, 1995: 19).

Conforme ressaltado anteriormente, a influência da vontade política como fator determinante na superação da dependência não deve ser confundida como uma ideologia de cunho revolucionária, capaz de impor a rearticulação do modo de inserção na economia mundial a partir da redefinição global da relação entre Estado e sociedade civil. Trata-se tão somente da vontade política para realizar o imediatamente “possível” e exigido pelos novos tempos. E o que os novos tempos pretensamente solicitam não é só a superação do protecionismo estatal, mas a superação de políticas que fazem do progresso técnico e da acumulação a condição necessária, suficiente e rigorosamente exclusiva da apropriação de excedente em um sistema capitalista.

Segundo o autor, através da internacionalização da produção e redefinição das dimensões do mercado interno e externo, se anteriormente, o imperialismo representava um obstáculo a industrialização da periferia, a partir dessas mudanças, passa a ser “*mola propulsora de certo tipo de desenvolvimento industrial*” (Cardoso, 1995: 21).

Nessas circunstâncias, a discussão sobre o imperialismo implica resgate da dialética marxista cuja natureza concreta das análises de dependência não devem ser confundidas com o historicismo. O abstrato em sua qualificação geral seria a teoria do imperialismo, e a Teoria da Dependência seria o concreto. Isso significa que ambas as teorias não se opõem uma a outra, podendo inclusive, complementarem-se. No entanto, é preciso considerar as peculiaridades e condições histórico-estruturais em cada país determinantes do grau de assimetria em relação às economias centrais. Ou seja, torna-se necessário na análise sobre a dependência, verificar como se processo o comportamento concreto da burguesia em cada lugar ainda que, abstratamente, seu objetivo seja a busca do lucro. Em suas palavras, Cardoso (1995:21) afirma:

A reprodução da dependência dá-se basicamente de dois modos: *aumenta* o desequilíbrio crônico entre a geração de divisas e a necessidade de importações; por outro lado, o funcionamento do sistema industrial na Periferia continua a requerer a importação de equipamentos e tecnologia que são fabricados e criados nos países do Centro.

Na análise sobre dependência a relação entre estrutura e história deve, primeiramente, levar em consideração alguns dos supostos sobre o que significa cada um desses conceitos e como interagem entre si. Se por um lado, as estruturas podem ser concebidas como produto da luta social ou resultado da imposição social; por outro lado, a história também pode ser entendida através de um processo dinâmico, cujo processo de dominação social depende da relação de força entre as classes sociais e destas com o processo produtivo. “*Nesse sentido, o*

objeto da análise não se reifica em atores, mas se dinamiza em conjuntos de relações sociais” (Cardoso, 1980:70). Em segundo lugar, o entendimento da dependência deve ocorrer no campo teórico da teoria marxista, sendo necessário para isso, levarem-se em consideração conceitos tais como, o de mais-valia, expropriação, acumulação, bem como, as formas de articulação entre os países dominantes e os dominados¹⁶. Ao questionar sobre o papel desempenhado pelos empresários no processo de modernização do país, a ênfase dada à questão nacional sob influência do marxismo oficial era de que, essa deveria ser resolvida no sentido de “dentro para fora”.

Sendo assim, considera-se que a superação da dependência requer transformações na estrutura da própria sociedade, em relação às quais precisam ser revistas as formas de exploração entre as classes e de dominação política. Em contraposição à análise da CEPAL, que considera o progresso técnico somado a condições sociais específicas, instrumento transformador da economia, para Cardoso (1995) a análise dualista centro-periferia passa por questões relacionadas à conduta do empresariado e configuração das relações internacionais de exploração.

O fato de um país ser industrializado não implicaria seu desenvolvimento, pois, a *“dependência mostra que existe a possibilidade de acelerar-se a industrialização nas economias periféricas, redefinindo-se as bases de dependência”* (Cardoso 1980:75). A partir dessa leitura, a dependência é verificada a partir da realização da mais valia, implicando novas interpretações a cerca do imperialismo e do subdesenvolvimento.

Em outras palavras, isso significa que, quanto maior a industrialização nas áreas periféricas, bem como tanto quanto o consumo local, o processo de internacionalização do mercado interno progride proporcionalmente. Em consequência, diminui de forma crescente o investimento em *hot money* em função do aumento da massa de dinheiro que, sob a forma de lucros exportados ou de pagamentos de juros e *royalties*, retorna às economias centrais. Nessas circunstâncias, Cardoso (1980: 76) afirma que *“[...] a nova forma de dependência está baseada na exploração da mais-valia relativa e no aumento da produtividade”*.

Nesse caso, a magnitude do mercado interno funcionaria como um gargalo ao desenvolvimento, cuja superação deverá ser conquistada através de um aumento geral de produtividade. Através da introdução de inovações os empresários deveriam induzir sucessivas ondas de investimento de capital em variadas indústrias, de tal forma, a encadear um aumento de produtividade generalizada, capaz de romper o referido círculo. Essa proposição de influência marxista levanta o debate de que a “exploração” no comércio internacional e as taxas diferenciais de composição orgânica do capital entre centro e

¹⁶ Em relação a influencia do marxismo oficial, de modo semelhante ocorria na análise cepalina.

periferia, são determinadas através das relações inter-classes. Em outras palavras, a desigualdade no desenvolvimento das forças produtivas decorre de uma relação social de exploração determinada através da desigualdade das condições sociais e materiais de produção claramente verificadas na exploração de uma classe por outra.

Desse modo, contrapõe-se às afirmações da CEPAL ao considerar que o processo de acumulação de capital, através do esforço criativo interno, é mais importante para as estratégias de desenvolvimento do que aquele, com base nas vantagens comparativas e conseqüentes lamentações a cerca da escassez de capital¹⁷. Sob o ponto de vista da Teoria da Dependência, o processo de predomínio político passa a ser internalizado e as formas de dominação seguem o sentido de ‘dentro para fora’. Nas palavras do autor (1995: 64):

“Alguns “dependentistas” já haviam demonstrado que não existia mais contradição entre investimento estrangeiro e demanda interna, pois, multinacionais que investiram nos setores de consumo durável dependem do mercado interno”.

Essa interpretação mais sociológica e política explica de certo modo, porque a industrialização periférica não proporcionou as condições necessárias ao desenvolvimento nessas economias. Em decorrência de fatores histórico-estruturais tais como, a interdependência entre os países do centro e da periferia e, a falta de dinamismo no processo de acumulação de capital da periferia a qual continua dependente da produção de bens de capital existente no centro, e da burguesia nacional que irá associar-se ao capital internacional. Conseqüentemente, verificam-se maiores problemas sobre a balança de pagamentos recorrentes a assimetria produtiva, desenvolvimento dependente e associado em contraposição às teses de superexploração estagnacionista¹⁸.

De acordo com Cardoso (1980), três vertentes principais contribuíram para o entendimento do processo de dependência, sejam essas: as análises inspiradas na crítica aos obstáculos ao “desenvolvimento nacional”; as atualizações sob a perspectiva marxista sobre o capitalismo internacional na fase monopólica e; por fim, a análise do processo histórico-estrutural de dependência em termos de relações de classe que determinam a situação de dependência através de interesses políticos antagônicos. Nesse sentido, o autor afirma:

A “burguesia nacional”, o operariado, o Estado, etc., variam conforme as relações que mantêm entre si e a posição que detêm no processo político. Todo este jogo se complica sumamente quando se trata, como no caso de países dependentes, de relações sociais que se inserem e são redefinidas pelo contexto internacional. A busca do concreto, no caso, significa a constituição

¹⁷ Em relação a esse ponto de vista, Cardoso (1995), deixa-se influenciar pelas idéias de Albert Hirschman, considerado um pioneiro na defesa das vantagens do planejamento e da intervenção pública na economia.

¹⁸ Através dessa leitura, a idéia claramente elencada considera que a dependência das economias periféricas em relação ao capital estrangeiro é inerente ao próprio processo de dominação capitalista e, portanto, não decorrente da estagnação do Processo de Substituição das Importações, conforme defendia a CEPAL.

das categorias que permitam entender como se estruturam estas relações, entendendo-se por este como tanto a explicação dos padrões que as regem quanto o processo pelo qual as relações e os padrões estruturais se constituem e se transformam na prática social real.

A Teoria da Dependência não possui como objetivo propor um modelo de transformação do modo de produção capitalista de tal forma a promover uma redistribuição mais equitativa dos recursos existentes entre as classes sociais. De cunho marxista, sua interpretação limita-se a diagnosticar como se processa o modo de dominação de algumas economias sobre outras. Pois, tendo em vista que embora o processo de acumulação de capital espoliativo e gerador de desigualdades, característico do capitalismo, sob o ponto de vista sociológico possa ser considerado desvirtuoso, ainda assim é possível que a seu modo possa contribuir para o desenvolvimento de alguma estrutura produtiva. Esse posicionamento justifica-se em função do fato de que o ‘tripé’ que compõem o desenvolvimento dependente-associado – empresas estatais/corporações multinacionais/empresas locais, associados como um todo – possuem interesses políticos e ideológicos distintos daqueles que a teoria do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” supõe.

Em termos gerais, tal postura contribuiu para uma percepção mais madura acerca do “imperialismo” – de certo modo considerado insuficiente para explicar os diversos tipos de dependência. De acordo com o exposto anteriormente, esse sistema de dominação econômica e política, ao permitir abrir espaços de parceria, ainda que de forma subalterna, funcionou como uma alternativa ao desenvolvimento capitalista¹⁹ dos países menos desenvolvidos.

Além disso, o fato de ser ‘associado’, indica que existe espaço para a expansão do capital nacional, público ou privado, de forma a contribuir para o desenvolvimento. O problema é que, isso ocorrendo, não necessariamente, implicará incremento da autonomia político-econômica tendo em vista que o processo de acumulação nessas empresas segue critérios de mercado, que em muitos casos, não refletem os interesses da Nação. Sendo assim, tornam-se prevaletentes os “[...] interesses “burgueses” – ou seja, capitalistas – que passou a disputar a hegemonia no bloco de poder formado pelas classes dominantes” (Cardoso, 1975:18).

De qualquer forma, a Teoria da Dependência contribuiu para desmistificar algumas teses consideradas equivocadas²⁰ e sobre as quais, de um modo geral, consideravam que o

¹⁹ Fato esse que não significa que o desenvolvimento da estrutura capitalista tenha permitido melhora geral e igualitária do nível de vida, ainda mais, se consideradas as economias periféricas, cujo processo de acumulação é ‘dependente’ do exterior e dele requerem os elementos para sua expansão continuada.

²⁰ Entre os principais pontos de objeto de sua análise destacam-se: a) em contraposição à forma de tratamento da questão nacional, com base na divisão centro-periferia, a Teoria da Dependência argumenta através da existência de classes sociais. A tese de Cardoso questiona a estrutura dualista - e esquemática - a que se propunha justificar as idéias cepalinas; b) a estagnação das economias periféricas não pode ser justificada apenas pela elevada concentração de renda e pelo subconsumismo; c) o fato de a questão de ordem política ter sido subestimada pela CEPAL tendo em vista, desconsiderar a

desenvolvimento capitalista nos países periféricos seria inviável devido à falta de mercado interno como também, pela insuficiência dinâmica do capital. Em decorrência da falta de mercado consumidor, haveria uma tendência à estagnação, cuja saída seria a expansão das exportações e do subimperialismo repousado sobre um processo de acumulação com base na exploração extensiva da mão-de-obra.

Para Fernando Henrique, o essencial para a acumulação capitalista é a introdução crescente de tecnologias e não a concorrência entre os trabalhadores. Somente à medida que se eleva a concorrência entre os capitalistas através da introdução de novas tecnologias, juntamente, com a ampliação crescente da escala de acumulação, é que o dinamismo do sistema é estimulado. Em relação a esse aspecto, ressalta-se a importância do papel ativo na dominação política e no controle social das classes submetidas desempenhado pela burguesia local, em contraposição, ao ideário do nacional-desenvolvimentista.

4. Considerações Finais

O texto procurou demonstrar certas aproximações entre Furtado e Fernando Henrique no que se refere ao papel desempenhado pelo empresariado no processo de desenvolvimento. Entre as aproximações, pode-se citar o fato de que para ambos, a inovação desempenha importante papel na dinamização dos mercados e conseqüente redução sobre a dependência dos países periféricos. Por outro lado, possuem idéias divergentes no que se refere à natureza das forças atuantes no processo de modernização. Embora, para ambos os intérpretes, tal processo decorra do comportamento das elites dirigentes, enquanto para Cardoso seguiu uma direção de “dentro para fora”, para aquele, o impulso inicial para desencadear o desenvolvimento, pode ser concebido como um fenômeno exógeno ao sistema econômico, viabilizado pelo capital externo.

Dessa forma, Furtado admite a possibilidade da existência e expansão de um setor capitalista dinâmico, do ponto de vista da ampliação dos investimentos na inovação de processos e produtos. Ainda que a dominação por parte dos conglomerados dos setores mais avançados da economia acabe reservando para o empresariado nacional, o mercado dos setores estagnados. Desse modo, isto significaria dizer que a insuficiência estrutural da demanda é menos limitadora do crescimento do que até então supunha-se, e cujo dinamismo, explica-se pela capacidade de aprofundamento das inovações tecnológicas. Pois, à medida

existência da luta de classes e minimizar o efeito das decisões dos grupos sociais sobre o desempenho da economia; e, d) questionava a capacidade da burguesia como agente modernizador conforme defendido pelos cepalinos.

que, os conglomerados dominam a economia nacional, torna-se cada vez mais difícil para o empresário local captar o conjunto do sistema.

Sendo assim, o autor entende que a utilização do progresso técnico e do excedente econômico no subdesenvolvimento não é obra do acaso, mas referente a escolhas, sociais e políticas. Isso significa dizer que o subdesenvolvimento surge como consequência da apropriação e aplicação do excedente econômico. Ao invés desse ser aplicado, prioritariamente, em formas de consumo que beneficie toda a sociedade, elevando o nível de bem-estar geral, tal excedente passa a ser utilizado de forma a suprir as necessidades que o estilo de vida das elites supõe de maneira a facilitar o processo de dominação das economias subdesenvolvidas. Nesse contexto, o subdesenvolvimento não se encontra apenas condicionado à dependência técnica, como também, modelado pelo aspecto cultural.

Essas observações sugerem o fortalecimento de novas teses, contrárias à existência de uma burguesia nacional autônoma no Brasil incapaz de colocar em funcionamento um projeto coletivo. A falta de confiança no caráter empreendedor da classe capitalista sobre o circuito produtivo nacional acaba dando origem a novas interpretações sobre as causas do atraso brasileiro, como por exemplo, aquelas realizadas por Fernando Henrique, no final dos anos 60²¹.

Segundo Fernando Henrique, embora o agente transformador continue sendo a burguesia, o ponto central de análise passa a ser a inovação política. Para o autor, a falta de hegemonia política da burguesia no Brasil possui origem na estrutura agrária que permitiu ascensão econômica e social de certas frações, como o imigrante, porém desvinculado da cultura nacional. Ademais, o caráter dinâmico do processo de substituição de importações substituía também os empresários, marginalizando os ramos produtivos uns após os outros e, cujo domínio do capital estrangeiro sobre o Brasil verificar-se-ia desde o governo de JK.

Além disso, a Teoria da Dependência rompe a idéia de que o dualismo centro-periferia determina a dominação de um país por outro, e traz à tona a discussão em torno de classes sociais. De acordo com tal abordagem, a análise da forma como se estabelece a relação entre grupos sociais distintos pode dar subsídios para explicar o processo de desenvolvimento. O fato de uma economia ser periférica não necessariamente a qualifica como dominada, pois, é

²¹ Considerando-se a tese furtadiana, entre as críticas mais pertinentes destacam-se aquelas em direção a três postulados importantes: 1) que a superação do subdesenvolvimento passaria por mudanças sócio-políticas radicais, de maneira a reconfigurar a organização dos grupos sociais; 2) que o desenvolvimento capitalista nas economias periféricas teria como condição necessária o aumento da renda dos trabalhadores – quando o que houve na realidade foi um crescimento econômico sem a expansão da renda, como o que ocorreu durante o período ditatorial após 1964; e, 3) a afirmação de que o caminho da superação do subdesenvolvimento passaria pela flexibilização do marco institucional e pela democratização da sociedade, enquanto o que se processou, foram regimes autoritários.

possível, dentro de uma escala subimperialista, que ela explore outra economia, e assim sendo considerada dominante. Nesses moldes, a condição de país agroexportador não seria causa suficiente para justificar o atraso desses países, mas sim, a presença de uma burguesia preocupada em atender a seus interesses, nem sempre coerentes com os nacionais. Sendo assim, a dominação não se processava no sentido de fora para dentro, possuía um caráter endógeno e, não entendia a associação do capital nacional com o estrangeiro como uma relação, essencialmente, degenerativa.

Referências

CARDOSO, Fernando Henrique. **As Idéias e seu Lugar: Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento**. Cadernos CEBRAP n.º 33. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

_____. “Notas sobre o Estado Atual dos Estudos sobre Dependência”. In: Serra, José (org.). **América Latina: Ensaio de Interpretação Econômica**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

_____. Estado e Empresas Transnacionais na Industrialização Periférica. **Revista de Economia Política**, vol.1, nº 1, janeiro-março/1981.

_____. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

_____. **Um Projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro, Saga, 1968.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo, Zahar, 1981.

WEBER, Max. **Textos Selecionados**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.